



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA EXECUTIVA**

**ATA DA 29ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL – CT-PETRO**

Data: 20 de janeiro de 2005
Local: Kubitscheck Plaza Hotel
Horário: 10:00 às 13:30 horas

1.	PRESENTES
1.1	Membros Titulares do Comitê Gestor
	Milton Coelho da Silva Neto MCT MCT
	Álvaro Alves Teixeira IBP Setor Empresarial
	Jailson Bittencourt de Andrade UFBA Comunidade Científica
	John Milne Albuquerque Forman ANP Governo
	José Roberto Drugowich CNPq Agência
	Odilon Antonio Marcuzzo do Canto FINEP Agência
	Ralph Lima Terra ABDIB Setor Empresarial
1.2	Secretaria Técnica – SETEF / Agências e Convidados
	Aldo Pinheiro da Fonseca MCT
	Alice Kinue Jomori de Pinho MME
	Cláudio Júdice MCT
	Cláudio Mota UFRJ
	Eloiza Thompson Viegas Lerario MCT
	João José de Nora Souto MME
	José Renato Ferreira de Almeida PETROBRÁS
	Marlon José de Lima CNPq
	Raimar van den Bylaardt IBP
	Rita Rodrigues Assunção MCT
	Rogério Amaury de Medeiros FINEP

2.	PAUTA DA REUNIÃO
-----------	-------------------------

- *Balanço das ações executadas em 2004;*
- *Ações Transversais para 2005.*
- *Ações Verticais para 2005*
- *Outros assuntos.*

3.	ANDAMENTO DA REUNIÃO
-----------	-----------------------------

3.1	Abertura
------------	-----------------

3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1. Abertura

Foi iniciada a reunião pelo Dr. Odilon Antonio Marcuzzo do Canto da FINEP, pedindo desculpas pelo atraso do Presidente do Comitê Dr. Milton Coelho Neto, que estava

reunido com o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Prosseguiu dando a palavra ao Dr. José Renato Ferreira de Almeida da Petrobrás/RJ para sua apresentação.

3.2. Balanço das ações executadas em 2004

O Dr. José Renato, da Petrobrás, deu início à sua fala apresentando alguns resultados do PROMINP. Lembrou aos presentes que o objetivo do Programa é maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis da implantação de projetos no Brasil e no exterior. Para alcançar esse objetivo foi realizado um levantamento que envolveu todos os projetos de navios, transportes marítimos e embarcações de apoio, com cronogramas previamente definidos. Feito esse apanhado, compatibilizaram-se as informações referentes às unidades de refino, petroquímica, gasodutos, estações de compressão e termoeletricas. Com esses dados, chegou-se à conclusão de que, para atingirmos as metas propostas, dever-se-ia fazer um investimento da ordem de US\$ 53,6 bilhões, divididos em duas linhas de ação: capacitação de recursos humanos e infra-estrutura industrial. No tocante à capacitação, foi apresentada a proposta de que o CT-PETRO, em conjunto com outra fonte de recursos, financiasse 50% do curso de "MBA – Gestão de Empreendimentos" para um terço das vagas indicadas como necessárias para suprir as demandas do mercado, que já chegam a 33.000 profissionais de nível superior. Para os níveis médio e básico, a proposta reforça a questão da regionalização e prevê que o Comitê Gestor, juntamente com SENAI, SEFET e ABEME acompanhe a capacitação através de recursos do FAT.

Assim, realizando um resumo dos cálculos finais, Dr. José Renato afirmou que, para capacitar 2.400 profissionais de nível superior, seriam necessários R\$ 34 milhões de reais para 2005 e 2006. Para os níveis médio e básico, o total de recursos seria da ordem de R\$ 54 milhões de reais. O valor final seria, portanto, de R\$ 88,5 milhões, sendo a maior parte do montante previsto para 2005.

Dr. Milton, Presidente agradeceu ao Dr. José Renato por sua apresentação e desculpou-se pelo atraso.

Dr. John Milne, da ANP, perguntou ao Dr. José Renato, da Petrobrás, qual seria o montante solicitado ao CT-Petro. Em resposta, Dr. José Renato disse precisar de R\$ 25 milhões para nível superior. Sinalizando para o CT-Petro um pedido de mais R\$ 6 milhões, além do R\$ 1.2 milhão implementado em 2004. Além disso, seriam solicitados recursos da ANP para auxiliar na composição do valor total. Uma outra alternativa seria a própria regulamentação da cláusula de um 1% dos campos com participação especial. Informou também que, para os níveis médio e básico, estaria sendo negociada outra fonte de recurso junto ao Ministério do Trabalho, pois haveria necessidade de mais R\$ 19 milhões.

Dr. Odilon, da FINEP, indagou se havia alguma negociação em curso, principalmente na área técnica, para obter recursos de outras fontes como por exemplo o FAT?

Dr. José Renato respondeu que, através do FAT, estavam sendo negociados recursos para atender os cursos dos níveis básico e técnico, os quais teriam um orçamento para 2005 maior do que o CT-Petro. Afirmou, também, que estava prevista para fevereiro uma reunião de articulação entre o FAT e o Ministério do Trabalho, juntamente com delegados de 6 estados, para se discutirem detalhadamente demandas dos estados.

Dr. Ralph da ABDIB comentou que todo esse trabalho de treinamento que estava novamente sendo feito, já havia sido feito em grande escala na década de 70, e que boa parte dos profissionais que foram treinados naquela ocasião ou estão hoje fora do mercado, ou derivaram para outros segmentos em função da descontinuidade do plano de investimento. Defendeu também a idéia de se organizarem programas continuados, com horizonte de 1, 2 e 3 anos.

Dr. John Forman da ANP propôs ao Presidente da mesa que as apresentações sobre os gastos de 2004 das agências CNPq e FINEP não fossem feitas dado o pequeno tempo

disponível, priorizando-se as discussões sobre os gastos para 2005. Dr. Milton consultou os presentes e a sugestão foi aprovada por todos.

3.3 Ações Verticais e Transversais para 2005

Os membros voltaram a manifestar preocupação em relação à cobrança de que o CT-Petro vem sendo objeto, tendo em vista o aumento da arrecadação e a paradoxal redução do orçamento disponível para o fundo. Segundo eles, há dados suficientes para se apresentar uma demanda ao Ministério da Fazenda referente à necessidade de descontingenciamento, pois há uma enorme demanda do setor. De acordo com alguns membros, ainda, o CT-Petro deveria investir mais nas ações verticais, deixando as ações transversais para os fundos de infra-estrutura e verde-amarelo, considerando que eles têm essa natureza mais claramente manifestada.

Dr. Odilon reafirmou o compromisso da agência em fazer valer a decisão do comitê. Reforçou apenas a importância de um ou mais membros do comitê participarem da elaboração dos termos de referência, a fim de que as demandas ficassem bem claras, permitindo que as chamadas/encomendas atendessem exatamente ao que foi determinado pelo comitê. Além disso, salientou a necessidade de se trabalhar com um planejamento de mais longo prazo.

Dr. Aldo aproveitou para informar que estava sendo implementada a idéia de criar um escritório virtual de cada fundo, o que permitiria aos membros ter acesso a um fluxo de informações mais consistente, seja sobre os resultados das reuniões, seja sobre o conteúdo dos instrumentos (editais e encomendas).

Com a palavra, Dr. John Forman comentou que, como os cálculos referentes aos recursos que são originados para o CT-Petro e para outras funções são feitos pela ANP, o que estava previsto para o fundo seria R\$ 843 milhões em 2005 e não R\$ 600 milhões, conforme discutido inicialmente. Indagou se o Ministro havia tomado conhecimento deste aumento e comentou que, analisando-se o orçamento aprovado para o MCT, essa diferença seria de aproximadamente R\$ 120 milhões, montante usado para aumentar o teto do MCT. Entretanto, o valor não foi revertido para o fundo e, sim, utilizado para outros objetivos. Comentou, também, que é importante entender que o CT-Petro não só é o fundo que gera mais recursos, como é também, o que gera maiores oportunidades para o MCT, argumento esse que justificaria o descontingenciamento e permitiria atender demandas novas como a do PROMINP. Finalmente, Dr. Forman ressaltou a importância da indústria de petróleo para o desenvolvimento do País, notadamente através dos royalties, que já representam hoje cerca de 9% do PIB e que, no entanto, não está contemplada nos planos de investimento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE. Solicitou, então, que fossem levadas ao Ministro da Ciência e Tecnologia as considerações apresentadas no que diz respeito às linhas de trabalho e às áreas de apoio mais próximas da indústria de petróleo, a fim de que houvesse uma utilização mais adequada dos recursos oriundos dos royalties.

Dr. Olavo Colela, do MME, manifestou sua concordância em relação às palavras do Dr. Forman e destacou o interesse do Ministério de Minas e Energia na continuidade do PROMIMP, por considerar esse um programa prioritário.

Prof. Dr. Jailson, representante da comunidade científica, manifestou preocupação em relação à diminuição dos recursos aportados ao CT-Petro, a despeito do crescimento exponencial da arrecadação. Além disso, afirmou que o comitê gestor não tem conseguido prever e desenhar políticas, o que representa, na visão dele, um desvio do seu papel.

Dr. Milton discordou da afirmação de que o comitê gestor tem perdido seu papel de formulador de políticas e disse que o grupo continua tendo autonomia para discutir e deliberar, tanto assim que as decisões tomadas na reunião de dezembro a respeito das ações transversais, já estavam sendo implementadas.

Dr. Aldo Pinheiro, coordenador da SETEF, pediu a palavra para explicar novamente a lógica das ações transversais e afirmou que ainda era possível se realizarem outros ajustes, caso fosse essa a vontade do comitê. De acordo com a planilha apresentada pelo Dr. Aldo, foi proposto que fossem alocados R\$ 13 milhões para a ação “cooperação universidade-empresa”, R\$ 3 milhões para RBT, R\$ 3 milhões para RNP, sendo R\$ 1,5 para o Edital Universal do CNPq e mais R\$ 1,5 para o Edital de Projetos Estruturantes. Sugeriu ainda alocar mais R\$ 2 milhões para a área de nanotecnologia. As demais propostas apresentadas em dezembro foram mantidas. Foi esclarecido também que esses ajustes eram possíveis porque, na reunião de dezembro, não haviam sido apresentados os valores finais de cada ação. Tinha-se apenas delineado a estratégia para apreciação dos comitês.

Dr. Álvaro sugeriu que a ação “cooperação universidade-empresa” ficasse com os R\$ 18 milhões propostos inicialmente, tendo em vista ser essa ação um carro-chefe do CT-Petro. Além disso, foi colocado que a ação da Rede Brasil de Tecnologia - RBT deveria ficar com R\$ 5 milhões.

Dr. Forman solicitou que o R\$ 1 milhão destinado à ação de inclusão social para “pessoas portadoras de deficiência/idosos” fosse realocado, tendo em vista constituir-se uma proposta sem ligação com a área do CT-Petro.

Dr. Aldo lembrou que alguns editais, tais como o “cooperação universidade-empresa” e o da RBT poderiam ter rebatimento em 2006, permitindo uma maior flexibilidade de recursos em 2005.

Dr. Rogério, da FINEP, sugeriu que os R\$ 24 milhões destinados às ações verticais fossem aplicados da seguinte forma: (1) R\$ 15 milhões para o PRH/ANP, para manter o que vinha sendo realizado nos anos anteriores; e (2) R\$ 9,1 milhões para a ação do CNPq de “Projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas da cadeia produtiva de petróleo e gás natural”, sendo R\$ 5,1 milhões dos recursos já comprometidos em 2004, mais R\$ 4,0 milhões como reflexo para 2005 e 2006. Informou, ainda, que havia uma demanda do Laboratório de Química – LADEQ – da UFRJ para compra de equipamentos no valor de R\$ 1,0 milhão. Tal solicitação atenderia a 24 laboratórios que estavam, na época, sem materiais. Essas propostas teriam, segundo o técnico da FINEP, início e execução imediatos para o primeiro semestre de 2005. Ressaltou, porém, que ficaria comprometido o edital de eventos diretamente ligados à área de petróleo.

Dr. Rogério fez ainda uma solicitação de R\$ 4 milhões para as 7 Redes Norte e Nordeste não contempladas com recursos do CT-Petro em 2004, lembrando que essa medida atenderia à determinação legal de destinar 40% recursos para aquelas regiões. Aproveitou, também, para convidar os membros a participarem da reunião de avaliação das 5 Redes contempladas no ano 2003 com recursos do fundo.

Dr. Odilon defendeu a idéia de que fosse lançado um edital de R\$ 7,0 milhões pelo CNPq para pagamento de R\$ 1,5 milhão em 2005 e os outros R\$5,5 milhões em 2006. O objetivo seria não provocar descontinuidade nas linhas daquela agência e também sinalizar a valorização da pesquisa básica voltada para a área de petróleo e gás.

Dr. Ralph lembrou que havia lançado, na reunião de dezembro, uma solicitação para a realização de 5 MBA numa parceria entre o CT-Petro e o CT-Energ. O valor total demandado seria de R\$ 1,560 milhão, sendo R\$ 780 mil para cada fundo.

Ainda a respeito das discussões realizadas na reunião de dezembro, Dr. Raimar, do IBP, lembrou que o PRH precisaria, em 2005, de, no mínimo, R\$ 13 milhões para manter o compromisso das bolsas já concedidas. Informou, ainda, que o valor solicitado cobriria os dois primeiros meses de 2006. Ressaltou, porém, que a efetiva continuidade do Programa só seria viável com um montante da ordem de R\$ 21,6 milhões.

Dr. Forman lembrou a importância da ação de construção do navio oceanográfico e mencionou que poderia ser feita uma encomenda, adaptando-se a proposta para que o navio pudesse desempenhar as funções de um navio de apoio para a área do petróleo.

Após as discussões, os membros deliberaram que as ações de 2005 seriam fechadas da seguinte forma:

- **Ações verticais:**

- R\$ 13 milhões para PRH;
- R\$ 4 milhões para Redes Norte e Nordeste;
- R\$ 9 milhões para o CNPq, sendo R\$ 4 milhões para 2005 e R\$ 5 milhões para 2006;
- R\$ 6 milhões para o PROMINP, sendo R\$ 2 milhões para 2005 e R\$ 4 milhões para 2006;
- R\$ 780 mil para os MBA; e
- R\$ 610 para o Edital de eventos

Total para 2005: R\$ 24,390 milhões

Total para 2006: R\$ 9 milhões

- **Ações transversais:**

- R\$ 3 milhões para RNP;
- R\$ 1,5 milhão para Edital universal do CNPq;
- R\$ 1,5 milhão para Edital Parceria com os Estados - Projetos Estruturantes;
- R\$ 18 milhões para Cooperação ICT's-Empresas, sendo R\$ 13 milhões para 2005 e R\$ 5 milhões para 2006;
- R\$ 5,0 milhões para RBT, sendo R\$ 3,0 milhões para 2005 e R\$ 2,0 milhões para 2006;
- R\$ 2,0 milhões para nanotecnologia;
- R\$ 4,0 milhões para Programa de Energias Alternativas/Programa do Biodiesel;
- R\$ 2,0 milhões para C&T na Amazônia, sendo R\$ 1,3 para Recursos Humanos para a Amazônia e R\$ 200 mil para Apoio a infra-estrutura de pesquisa dos ICTs do MCT e R\$ 500 mil para o Programa Fronteiras; e
- R\$ 1,0 milhão para Tecnologia para o desenvolvimento social/Avaliação dos impactos de políticas sociais.

Total para 2005: R\$ 31 milhões

Total para 2006: R\$ 7 milhões

Dr. Álvaro solicitou que a FINEP enviassem uma cópia dos projetos do Edital Universidade-Empresa-2004, listando aqueles pertencentes à área de petróleo, tendo em vista a sua dificuldade em identificá-los. Pediu que essa listagem contivesse o valor de cada um dos projetos, a fim de que fosse possível verificar se os mesmos corresponderiam ao que foi determinado pelo comitê. Finalmente, sugeriu que essa medida fosse adotada de forma habitual para todas as demais ações apoiadas pelo fundo. Dr. Ralph Terra reforçou essa solicitação e pediu que a FINEP produzisse informações que dessem consistência/sustentação à ação política em favor do descontingenciamento, resgatando, historicamente, nos últimos três anos a demanda apresentada para cada instrumento lançado, informando também o que foi qualificado e não foi apoiado por falta de recursos. Além disso, solicitou que a agência elaborasse também um sumário do que seriam os projetos estruturantes do setor petróleo. Os membros, por unanimidade, aprovaram a sugestão. Em resposta, Dr. Rogério afirmou que a agência não dispunha dos dados qualitativos naquela ocasião, mas comprometeu-se a enviar a todos um relatório com os projetos relacionados ao setor.

Finalmente Dr. Cláudio, da UFRJ, pediu a palavra e agradeceu o convite para participar da reunião, aproveitando para informar aos membros do CT-Petro da criação da Associação Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás, cujo objetivo é organizar e coordenar congressos brasileiros de P&D em petróleo e gás, podendo também representar um fórum para atuação política da comunidade no sentido de alavancar recursos da aplicação da lei.

Dr. Milton agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

5. ASSINATURAS

Milton Coelho da Silva Neto

Álvaro Alves Teixeira

Jailson Bittencourt de Andrade

John Milne Albuquerque Forman

José Roberto Drugowich

Odilon Antonio Marcuzzo do Canto

Ralph Lima Terra